

TRAVESTILIDADES E COTIDIANO

Kleber Mascarenhas Navas¹

RESUMO

O presente trabalho é objeto de pesquisa de minha dissertação de mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tendo como objeto trajetórias de vidas, lutas e resistências de Travestis enquanto construção de sociabilidade, partindo da hipótese que as Travestis criam e recriam formas de resistências e de lutas em respostas às dificuldades trazidas pela sociedade heteronormativa. Busca-se neste trabalho então, conhecer e analisar enfrentamentos de Travestis enquanto construção de sociabilidade, diante das limitações impostas pela sociedade heteronormativa, identificando múltiplas vulnerabilidades em seu cotidiano.

Palavras-chave: Travestis, trajetórias, lutas

ABSTRACT

This work is an object of research of my dissertation at Pontifícia Universidade Católica of São Paulo, having as object trajectories of lives, struggles and resistance of Transvestites while construction of sociability, assuming that the transvestites create and recreate forms of resistance and fighting in response to the difficulties brought about by heteronormative society. Search in this work then, understand and analyze the transvestites while fighting construction of sociability, given the limitations imposed by heteronormative society, identifying multiple vulnerabilities in their daily lives.

Keywords: Transvestites, careers, fights

¹ Estudante de Pós-graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
klebernavas@yahoo.com.br



1 INTRODUÇÃO

Historicamente a sexualidade humana sofreu árduo processo de polarização sexual, estabelecendo referências opostas: masculino x feminino, homem x mulher, macho x fêmea, valorizando os discursos binários em detrimento da inserção da temática da sexualidade no campo social e político.

Ao analisar a forma como o Estado se apropria do discurso sobre o sexo no século XVIII, Foucault (1988) aponta como o sexo se torna objeto de disputa entre Estado e indivíduo: “(...) o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram” (1988, p. 33).

(...) é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discrição é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos (Foucault, 1988, p. 33-34).

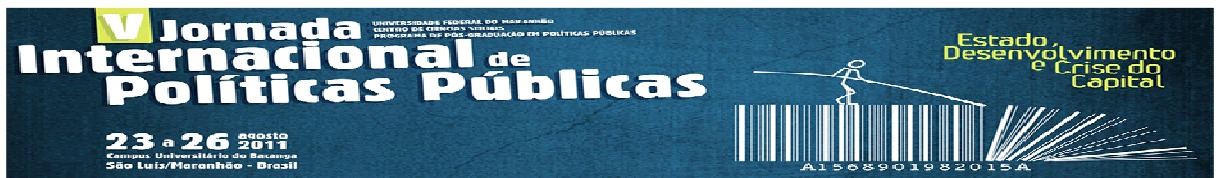
Através dos estudos de Freud e Kinsey tem-se o marco da sua desmistificação, enquanto orientação e expressão sexual “normal”, dada à diversidade sexual humana.

Mas somente a partir da metade do século XX estas questões começam a serem questionadas, sendo pensadas no âmbito da diversidade sexual, com a organização de grupos sociais e estudos científicos menos preconceituosos sobre a homossexualidade.

Neste sentido podemos citar entre vários outros estudos que contribuem com uma discussão sobre a sexualidade fora do status da patologia ou da perversão, Butler (1990) e Fry (1982) que versam sobre a sexualidade como um construto complexo que relaciona fatores biológicos, psicológicos, socioeconômicos, culturais, étnicos, religiosos, políticos e geográficos.

Nessa perspectiva a sexualidade é uma construção social e é influenciada pelo contexto histórico e depende não só do universo simbólico, que versa sobre os corpos na cultura, mas também da estrutura social e dos meios de produção da sociedade (PRADO E MACHADO, 2008).

Nossa sociedade é heterossexista, ou seja, pressupõe a heterossexualidade como algo supostamente natural ao mesmo tempo em que a impõe compulsoriamente por meios educativos, culturais e institucionais. Ainda permanece um desafio encarar que vivemos em uma ordem heteronormativa, na qual mesmo homossexuais são induzidos a adotar a heterossexualidade como modelo para suas vidas transferindo a linha da abjeção para quem



rompe com as convenções de gênero, por exemplo. Não por acaso, travestis, transexuais e gays femininos tendem a sofrer mais violência do que homossexuais que seguem uma estética de gênero dominante, ou seja, gays masculinos e lésbicas femininas (Miskolci, 2011, p. 55).

2 Sexualidade, homossexualidade e diversidade sexual

Homossexualidade e heterossexualidade fazem parte de um mesmo sistema onde aparecem hierarquizados, sendo que a segunda precisa da primeira como limite, como campo do abjeto. Portanto, fica explícito que a heteronormatividade não aceita os desejos, as vivências que rompam com seu modelo.

A sexualidade, a homossexualidade e a cidadania, ainda são grandes desafios a serem superados na dimensão do respeito dos direitos humanos na “diferença”. Além da sexualidade somam-se outras dimensões de análise como: classe social, geração, nacionalidade, gênero, raça/etnia, dimensões estas voltadas à compreensão dos múltiplos processos implicados nas relações de poder existentes na sociedade.

A sexualidade não é natural, as identidades sexuais, as posições sexuais e as práticas das sexualidades são construídas sócio-político e historicamente, e por serem construídas dessa forma, se criarão consensos morais hegemônicos, que fazem com que em contrapartida, o debate e a luta sobre os direitos de igualdade nas diferenças sejam realizados.

Por heteronormatividade segundo Berenice Bento, pode-se entender a forma como a heterossexualidade se apresenta como norma, ou seja, demarcando dentro de seus parâmetros, o campo da normalidade:

(...) a capacidade da heterossexualidade apresentar-se como norma, a lei que regula e determina a impossibilidade de vida fora dos seus marcos. É um lugar que designa a base de inteligibilidade cultural através da qual se naturaliza corpos/gêneros/desejos e definirá o modelo hegemônico de inteligibilidade de gênero, no qual supõe que para o corpo ter coerência e sentido deve haver um sexo estável expresso mediante o gênero estável (masculino expressa homem, feminino expressa mulher) (Bento, 2008, p. 40).

Ao problematizar os efeitos de normalização expressos em nossa sociedade, nos deparamos com concepções e práticas heterossexistas – homofóbicas que revelam a fragilidade de instituições e políticas públicas, a violência perpetuada pelo Estado e a corrosão da democracia (Pocahy, 2007).



Daniel Borrillo², in Pocahy (2007) explica que a homofobia, assim como o sexismo (que trata de hierarquizar as relações entre homens e mulheres), aparece como componente necessário ao regime binário da sexualidade. Já que com as diferenças homo/heterossexualidade cria-se um regime de ordenamento da sexualidade, onde os comportamentos sexuais são qualificados como modelo social e referência sobre todas as outras sexualidades.

3 Travestilidade: Corpo, gênero e sexualidade

As relações de gênero são relações de poder entre homens e mulheres, que se constroem baseadas nas diferenças entre os sexos e se reproduzem através de várias instâncias, como nas práticas sociais no cotidiano, valores e normas e também nas instituições (família, escola, igreja, trabalho, etc).

Através dessas instituições, a sociedade tenta materializar nos corpos (sexo biológico) verdades absolutas para os gêneros e reproduzir o modelo hegemônico da mulher - delicada, bondosa, carinhosa, mãe dedicada e do homem - macho, viril, trabalhador, que não chora.

Mesmo antes de nascer, as pessoas já têm determinado sobre seus corpos expectativas sobre seus comportamentos, gostos e subjetividades, expectativas essas materializadas em brinquedos, cores, modelos de roupas e projetos de vida para o futuro filho ou filha.

O gênero adquire vida através das roupas que compõem o corpo, dos gestos, dos olhares, ou seja, de uma estilística definida como apropriada. São estes sinais exteriores, postos em ação, que estabilizam e dão visibilidade ao corpo. Essas infundáveis repetições funcionam como citações, e cada ato é uma citação daquelas verdades estabelecidas para os gêneros, tendo como fundamento para sua existência a crença de que são determinados pela natureza (Bento, 2008, p. 34).

Sendo assim, a idéia de que o corpo reflete o sexo, e o entendimento sobre gênero se dá apenas através dessa relação (Bento, 2006) sugere que qualquer performatividade de gênero que se articula fora dessa lógica, é colocada às margens e analisadas como identidades “transtornadas” pelo saber médico.

² Intelectual argentino radicado na França.



Se seguirmos nessa direção, podemos verificar que converge com a análise de Louro ao se apoiar em Butler quando:

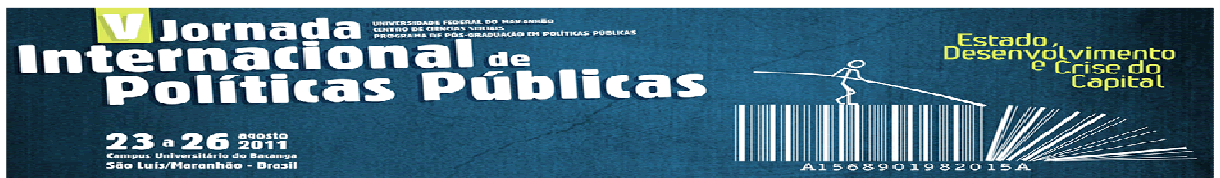
Judith Butler falou-nos de normas regulatórias que regem as sociedades. Tais normas supõem que um corpo, ao nascer, seja nomeado, sem hesitação, como macho ou fêmea e, uma vez feita esta distinção, que este sujeito assuma um dos dois gêneros – masculino ou feminino – e experimente o desejo por alguém de sexo/gênero oposto (Louro, 2010, p. 146).

A autora continua sua análise por entender que é este “*suposto alinhamento (entre sexo-gênero-sexualidade) que dá sustentação à heteronormatividade, ou seja, à produção e reiteração compulsória da norma heterossexual*” (Louro, 2010, p. 146).

Uma vez que se espera que todos sejam (ou devam ser) heterossexuais, segue-se que as instituições e os sistemas de saúde ou de educação, a justiça ou mesmo a mídia são construídos, basicamente, à imagem e semelhança desses sujeitos. Como todo processo normativo, a heteronormatividade é onipresente. Ela é, também, praticamente, invisível e, de certo modo, silenciosa. Ela é *naturalizada*. A heteronormatividade só é reconhecida como um processo social, quer dizer, como algo que é *fabricado, produzido e reiterado* a partir da ação de intelectuais ligados aos estudos de sexualidade, especialmente aos estudos gays e lésbicos e aos estudos *queer* (Louro, 2010, p. 146).

Faz-se necessário inserir os discursos e valores de gênero como fatores organizadores dos processos sociais. Os processos de transformação do gênero, exemplificados no caso das travestis e suas construções corporais, contribuem para ampliar a compreensão dos processos culturais de construção do corpo, do gênero e da sexualidade, o que por sua vez contribui para afastar imagens exóticas e das perspectivas vitimizantes, que ainda são correntes no senso comum (BENEDETTI, 2005).

O conceito de travestilidades, criado por Peres (2005), para se referir à variedade de processos identitários pelos quais os sujeitos travestis passam para se constituírem enquanto “femininos”, é utilizado também por Pelúcio (2007, p. 18) em sua tese de doutorado por considerar que o termo “travesti”, “(...) pode ser bastante simplificador quando busca contemplar a gama de possibilidades de se viver esta condição”, buscando dessa forma, alargar os aspectos de categorização identitária do termo travesti. Outras pesquisas também comungam dessa categoria como a de Thiago Duque (2009).



A travestilidade aponta para a multiplicidade dessa experiência, ligada à construção e desconstrução dos corpos. Ainda que haja uma rigidez na gramática de gênero das travestis, há também uma patente fluidez na elaboração de categorias êmicas autotaxiônicas, uma vez que estas estão estreitamente ligadas a marcas identitárias que se associam ao trânsito dos corpos pelos territórios, o que se vincula, por sua vez, às transformações desses mesmos corpos (Pelúcio, 2007, p. 18).

Segundo ainda Pelúcio (2007, p. 36) o próprio termo “travestilidade” vem sendo adotado por Travestis ligadas ao movimento social pelos direitos das minorias sexuais para falar de sua condição:

(...) numa tentativa de resignificar o sentido das palavras “travestismo” e “travesti”. A idéia de apropriação de um termo sistemática e historicamente usado para ofender, patologizar e desqualificar é, segundo Judith Butler, uma das táticas políticas da **Teoria Queer** (...) (2007, p. 36).

Tiago Duque em sua pesquisa de mestrado na cidade de Campinas com travestis adolescentes, trabalha com a multiplicidade de experiências dessas pessoas, focando na construção e desconstrução dos corpos, das identidades e suas relações com as experiências subjetivas.

(...) o cenário atual das sexualidades é amplo, diverso e de difícil mapeamento, pois as fronteiras das culturas sexuais estão em constante modificação e interpenetração: o gayzinho de hoje pode vir a se tornar travesti, a travesti jovem pode se tornar gay ou ainda decidir por se reconhecer como transexual (Duque, 2009).

O universo travesti possui toda uma singularidade própria dos estilos de vida que são criados por essas pessoas, conforme podemos ver em Peres (2005):

Trata-se de um universo que, além de ter linguagem específicas à sua realidade, impõe regras de aceitabilidade, como a transformação do corpo e a reprodução de modelo previamente dado de como ser uma travesti, ensinamentos estes que são passados de forma oral e corporal: informações de como se harmonizar, de como “bombar silicone”, de como conseguir roupas, sapatos, acessórios e maquiagens; enfim, de encontrar os produtos certos para sua transformação estética e corporal. Mas também informações de como sobreviver, de como conseguir clientes para poder pagar suas contas.

Segundo Pelúcio (2005), as travestis adotam uma série de termos vindos do *ioruba-nagô*, compondo uma espécie de gíria conhecida como *bajubá*, *pajubá* ou *batebate*.



Ao se referir ao *bajubá*, como é chamado em Campinas, Thiago Duque (2009) refere que ele é definido pelas travestis como sendo um dialeto oriundo dos espaços sagrados das religiões afro-descendentes. Este vocabulário tem sido transmitido nos vários ambientes que as travestis freqüentam, como boates, bares, Organizações Não Governamentais (ONGs) voltadas para a diversidade sexual, encontros nacionais ou regionais de militantes travestis. Ele também já é empregado em programas humorísticos e usado por diversos personagens em novelas brasileiras.

Numa comunidade do Orkut, coloca em questão a cidadania de travestis, postando o seguinte tópico:

Membro 1 posta: Afinal, travesti é cidadão?

O travesti, se não tiver uma veia artística ou não tiver vocação para cabelereiro, ou maqueador, tem que ganhar a vida se prostituindo, pois não é aceito em nenhum emprego. Que direitos os travestis tem em nossa sociedade?

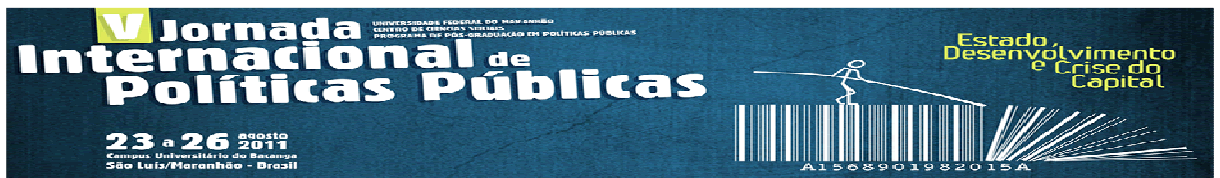
Membro 2 posta: é cidadã e não cidadão

Membro 3 posta: lógico

O exposto acima demonstra claramente como travestis, inclusive, no senso comum são caracterizadas pelas vulnerabilidades que as cercam e também como o respeito e a garantia à sua construção feminina estão entre as principais reivindicações do movimento organizado das travestis e transexuais, indicando que é parte constitutiva de sua cidadania. Portanto o emprego do substantivo travesti como pertencente ao gênero gramatical feminino, além das razões que valorizam o próprio processo de construção do gênero feminino no corpo e nas subjetividades das travestis, usualmente empregado na flexão feminina, é também uma justificativa política.

Seguido da valorização do gênero feminino das Travestis, está a garantia do direito de utilização do nome social em serviços de saúde por exemplo, segundo a livre escolha da sujeita, sendo reconhecida sua identidade social. Com certeza trata-se de um direito fundamental, para se pensar na efetivação de outros direitos.

4 CONCLUSÃO



A incompreensão sobre identidade de gênero (seu devido valor na sexualidade humana e possíveis expressões vivenciadas a partir de seu estabelecimento) tem ocasionado violento processo de discriminação de travestis.

Seguido da valorização do gênero feminino das Travestis, está a garantia do direito de utilização do nome social em serviços de saúde por exemplo, segundo a livre escolha da sujeita, sendo reconhecida sua identidade social. Com certeza trata-se de um direito fundamental, para se pensar na efetivação de outros direitos.

O preconceito enquanto mecanismo social é um instrumento importante na manutenção das hierarquias sociais, que colabora e produz formas subalternas de cidadanias e a partir da politização das sexualidades se dão os enfrentamentos em torno da visibilidade e dos direitos homossexuais.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

BENEDETTI, Marcos Renato. *Toda feita: o corpo e gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

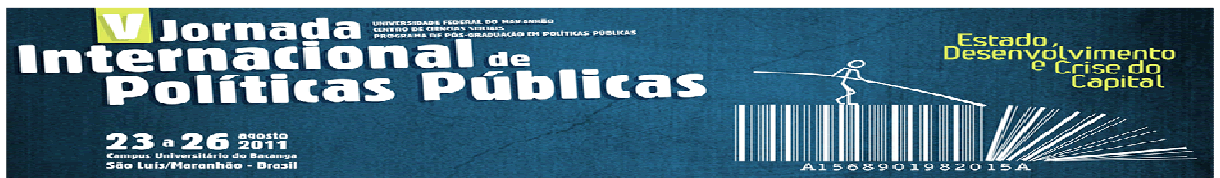
BENTO, Berenice Alves de Melo. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

DUQUE, Tiago. *Montagens e desmontagens : vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência*. Dissertação de Mestrado. São Carlos : UFSCar, 2009.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade – A vontade de saber*. São Paulo: Editora Graal, 1988. v. I.

FRY, Peter. *Para Inglês Ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

LOURO, Guacira. Lopes. *Sexualidades minoritárias e educação: novas políticas*. In: *Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer*. Fernando Pochay. Org. Porto Alegre: Nuances, 2010.



MISKOLCI, Richard. Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política *queer*. In: Michel Foucault: Sexualidade, corpo e direito. Luiz Antônio Francisco de Souza, Thiago Teixeira Sabatine e Boris Ribeiro de Magalhães, organizadores. – Marília. : Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

PELÚCIO, Larissa. Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS. São Carlos: UFSCar, 2007.

PELÚCIO, Larissa “Na noite nem todos os gatos são pardos - notas sobre a prostituição travesti”. *Cadernos pagu*, Campinas, v. 25, p. 217-248, 2005.

PERES, Wilian Siqueira. Travestis brasileiras: construindo identidades cidadãs. In: GROSSI, Miriam Pillar Orgs. (et. al). Movimentos sociais, educação e sexualidades. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

POCAHY, Fernando. Rompendo com o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Porto Alegre: Nuances, 2007.

PRADO, Marco Aurélio, MACHADO, Frederico Viana. Preconceitos contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortes, 2008.